DEPOR AS ARMAS – A TRAVESSIA DE CONY E A CENSURA NO *PARTIDÃO*

Beatriz Kushnir

A censura não é sempre, nem é em todos os lugares, um esforço constante para suprimir a liberdade de expressão. [...] Sua história é um registro de conflito e acomodação em um terreno sempre em mutação. Tem seus momentos de tragédia e de heroísmo, é claro, mas geralmente acontece em áreas nebulosas e obscuras, onde a ortodoxia se esbate em heresia e rascunhos fixam-se como textos impressos.

(Darnton, 1992, p.17)

ONDE TUDO COMEÇA

Esta reflexão se debruça sobre uma determinada obra literária. Tenho como objeto de análise o livro *Pessach: a travessia*, de Carlos Heitor Cony;¹ bem como toda a sua polêmica trajetória. Nesse sentido, o foco de reflexão divide-se em dois pólos: é tanto a estrutura narrativa do texto como, e principalmente, as celeumas que a publicação e suas reedições provocaram e ainda provocam. Portanto, preocupo-me com as construções, as imagens no interior dessa obra e também com o percurso do livro, sua história quando ganha um público leitor.

A partir do quadro que essas escolhas desenham, há o desejo de pen-

Beatriz Kushnir é mestre em História pela Universidade Federal Fluminense e doutoranda em História pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). É autora do livro *Baile de máscaras. Mulheres judias e prostituição. As polacas e suas associações de ajuda mútua* (Editora Imago, 1996).

Uma versão anterior deste texto foi apresentada como trabalho final do curso Memória, Memórias e Biografias – Teoria e Metodologia, realizado no primeiro semestre de 1997 e ministrado pela professora Angela de Castro Gomes, junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, para cumprir os créditos do meu doutoramento em História na Unicamp. Foi apresentado, posteriormente, na comunicação coordenada História e cultura: entre práticas e representações, no XVI Encontro Regional da ANPUH/SP, em setembro de 1998. E, em julho de 1999, integrou a comunicação coordenada Censura, repressão e direitos políticos, no XX Simpósio Nacional de História da ANPUH, na Universidade Federal de Santa Catarina.

sar, fundamentalmente, duas questões. Primeiro, busco aproximar-me do texto de Cony, tendo como premissa básica a de apreendê-lo como um exercício de construção de uma *biografia*. Assim, compartilho das conclusões de Pierre Bourdieu (1996), que define o conceito como a tentativa de

[...] *compreender uma vida como uma série única e por si suficiente de acontecimentos sucessivos, sem outro vínculo que não a associação a um “sujeito” cuja constância certamente não é senão aquela de um nome próprio, é quase tão absurda quanto tentar explicar a razão de um trajeto de metrô sem levar em conta a estrutura da rede, isto é, a matriz das relações objetivas entre as diferentes relações.*

Uma segunda problemática ancora-se nos debates e polêmicas que a obra gerou quando das suas três edições – 1967, 1975, 1997. Essas me levam a concluir que no interior das discussões travava-se uma *disputa de memória*.

Mergulhando nas tramas da narrativa do livro em questão, percebe-se que o personagem central do texto de Cony, o escritor Paulo Simões, tem características muito próximas das do autor, mas não é explicitado, em um primeiro momento, como o seu igual. No máximo nos é apresentado como um semelhante, alguém que partilha a mesma *geração*. Não só porque tem a mesma idade do autor quando da escrita da obra, mas, principalmente, porque passaram pelas mesmas problemáticas existenciais (Sirinelli, 1996, p.131-137). Portanto, a idéia de utilizar o conceito de *biografia* expõe, certamente, a tentativa de perceber como se entrelaçam três histórias: a de Cony, a de seu personagem e a da trajetória do livro, a partir do contexto em que se desenrolaram.

Entretanto, o que também norteia esta reflexão é uma busca de compreensão das lutas pela apropriação e constituição de uma memória. Nesse sentido, como grupos diferentes e até antagônicos construíram e ainda constroem narrativas, a fim de dar conta de determinados focos da história. E, no caso, do período entre meados dos anos 60 e 70 no Brasil.

A partir desse desenho e centrando a análise no percurso feito por *Pessach*, vislumbra-se que essa *disputa de memória* teve início quando da primeira edição do livro, em 1967, e foi reacesa na nova publicação, feita em 1997. Em um hiato de trinta anos – entre o seu primeiro ponto de partida e o presente –, constata-se que o tempo guardou, e ainda guarda, feridas que, como demonstram os debates quando da reedição, estão longe da cicatrização.

O meu interesse por esse livro surgiu, todavia, da confluência de alguns encontros. Primeiro, já vinha detendo-me na vida do autor, pois atualizei seu verbete para o *Dicionário histórico-biográfico brasileiro*, do CPDOC/FGV. No mesmo período em que realizava tal tarefa, analisei seu romance de retorno à literatura, *Quase memória: quase romance* (São Paulo: Companhia das Letras, 1996), que tem o caráter autobiográfico.²

Um dos motes que me fizeram refletir sobre esse texto foi, contudo, a afirmação do professor Daniel Aarão Reis Filho³ de que Cony era um *escritor emblemático* do período de ditadura pós-1964 no País e que essa sua obra, *Pessach*, aproxima-se de um acontecimento que ele nunca viveu: a experiência da luta armada. Fiquei intrigada com a perspectiva de Cony como um *intelectual emblemático* daquele período. Logo ele, que teve forte atuação em sua coluna do jornal *Correio da Manhã* durante alguns meses depois do movimento de 1964 e que, após as críticas, quando do lançamento de *Pessach*, em 1967, escreveu um outro romance, *Pilatos*,⁴ publicado em 1974, e se afastou da literatura.

O papel desempenhado por Cony nos meses que se seguiram ao 31 de março/1º de abril de 1964 foi lembrado, recentemente, em um artigo do escritor Ruy Castro. Cony era visto, até então, como um intelectual não engajado e, segundo Castro (1997),

[...] o susto de muitos, à esquerda e à direita, quando Cony foi a primeira voz a levantar-se por escrito contra os desmandos dos homens que tomaram o poder em 1º de abril de 1964. Foi a primeira voz e, por muitos meses, a única. Enquanto outros futuros intelectuais progressistas se omitiram ou aderiram à nova situação, Cony passou da alienação ao panfleto com um atrevimento quase suicida em sua coluna no *Correio da Manhã*: denunciou as perseguições e torturas, zombou dos militares e propôs abertamente a anistia e a volta ao Estado de direito. Sua cruzada era muito mais humana que política.

Se o autor se “engaja” em um primeiro momento, esse ato tem as cores peculiares por ele definidas e explicitadas por Ruy Castro. Esse, entretanto, não foi o seu tom por muito tempo. A decisão pessoal sobre qual era o seu papel naquele período ditou o rumo de sua carreira a partir de então. Essa atitude, acrescida de uma reflexão das escolhas possíveis naquele instante, foi comentada por Cony em uma entrevista de 1996. Nela, o autor afirma que

*[...] a partir de um determinado momento você só tinha duas saídas: pegar o violão ou o fuzil. Eu, como não toco violão, toco piano, e não gosto de fuzil, porque me repugna a violência, tive que parar mesmo.*⁵

No cerne em que essa polêmica está inscrita, é importante destacar a reflexão acerca dessa “parada”. Talvez essa não tenha sido um ato voluntário e sim uma imposição das forças à direita e também à esquerda. Algo em que me deterei mais adiante.

Outro aspecto que me causou estranhamento, ao me debruçar sobre essa narrativa, foi a perspectiva de condenar e/ou aprisionar um autor à camisa-de-força das suas experiências pessoais. Assim, será que um escritor ficcional só pode narrar acontecimentos de que tenha participado? Ou será que iluminar uma determinada região pelo foco do não engajamento condena a narrativa a um segundo escalão? Tal perspectiva da experiência autoral me deixou intrigada e fiz dessa curiosidade o mote para esta análise.⁶

Nessa direção, para compreender melhor o que seria o pensamento de um “intelectual engajado”, debrucei-me, também, sobre um texto autobiográfico, publicado recentemente. O livro de Carlos Eugênio Paz (1996) tem o mérito de narrar a experiência da luta armada a partir das lembranças de um ex-integrante da Ação Libertadora Nacional (ALN), o que, para muitos, lhe daria uma legitimidade incontestável. Abrangendo o período de 1967 a 1973, Paz conta, de maneira amarga e melancólica, as vivências do rapaz secundarista de 17 anos, cujo pseudônimo era Clemente ou Quelé, nas ações de guerrilha e nas viagens alucinantes e alucinadas que se seguiram pelo mundo das drogas. No meu entender, o autor faz uma exorcização pessoal e grupal, já que conta tanto a sua história como a de seus companheiros de militância política. Expondo no texto, inclusive, os justicamentos no interior das organizações clandestinas.⁷

O jornalista Franklin Martins, ex-militante do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), é quem escreve o prefácio à obra. E, ao classificá-la, diz que

[...] não é um libelo ou tampouco um cartão de visita para os novos tempos. A impressão que dá é que não foi escrito, mas ruminado, rolando, antes de vir ao mundo, pelos sete estômagos da derrota, da impotência, do ódio, da droga, do delírio, da psicanálise e, finalmente, da literatura. [...] Assim este não é um livro politicamente correto. Anda na contramão. Atropela preconceitos e idea-

lizações, quando fala sobre a generosidade, mas também sobre o lado escuro da guerrilha. (Paz, 1996, p.14)

Isso posto, é interessante sublinhar as diferenças entre os livros de Paz e Cony e a minha escolha pelo segundo. Uma grande dissimilitude entre os dois é o fato do primeiro ser explicitamente pessoal e narrar uma experiência vivida. Este poderia ser apenas um detalhe, o livro de Paz, porém, traz em si duas outras problemáticas: a primeira diz respeito ao *tempo da narrativa*. Paz escreve *a posteriori*, tornando o ato de contar um exercício de rememorar, portanto, datado – o que todo trabalho é. Escrito no presente, mais de duas décadas depois, o autor – um homem fruto do seu passado, mas diferente do rapaz da ALN – reflete sobre o que ocorreu e, assim, tenta “zerar” a vida. Esse tratamento impôs ao texto final tais características. Diferentemente do livro de Cony, que foi escrito na época e pode ser analisado a partir de dois pontos, 1967 e 1997 (data de sua reedição). A segunda questão que o livro de Paz inspira diz respeito ao *conteúdo da narrativa*. Assim, a própria pseudolegitimidade do autor ser também o protagonista traz de volta a velha perspectiva das verdades e das versões. Aproximando os dois livros, nota-se que o primeiro faz uma catarse dos fantasmas que lhe rondaram, tanto no momento da guerrilha como nos anos seguintes. A amargura está em cada linha, o que também possibilitaria uma excelente reflexão.

Mas tanto a narrativa de Paz como a de Cony são visões pessoais de um dado momento. O perfil que cada um dos escritores imprimiu ao seu trabalho lhe proporciona uma característica e um mérito. Em um ponto os dois livros se aproximam: revelam a violência que também atingiu o interior da esquerda e, às vezes, foi contra ela mesma. Paz expõe, além de outros aspectos, como e por que companheiros eram mortos por outros companheiros, o que, por si só, já é uma tarefa difícil e, para muitos, criticável.⁸ Cony, por sua vez, faz um romance recheado de citações e situações de época no qual, para os “entendidos”, é fácil identificar quem é quem. Ao final, porém, também faz a denúncia de uma traição.

Nessa direção, escolher o texto de Cony possibilita também um rompimento. Nem memorialista, nem ideologicamente vinculado às narrativas da guerrilha, nem às teias daquele tempo passado, ainda tão presente, a análise do controverso romance *Pessach* e de toda sua tortuosa trajetória pode auxiliar na reflexão de uma história intelectual e das tramas da sociabilidade de uma geração por um outro foco. Nesse sentido, o debruçar-se sobre uma determinada obra de um escritor não engajado pode reconstruir e repensar como a história de um livro, e não só a narra-

tiva contida no seu interior, é a chave para se compreender o que ainda é ferida, trinta anos depois.

Para finalizar esse parêntese, gostaria de sublinhar que Cony, talvez respondendo às inúmeras críticas ao seu livro *Pessach* e à sua escolha de escrever sobre um tema que lhe atribuíram não dominar, publicou, recentemente, um novo trabalho, intitulado *Romance sem palavras* (São Paulo: Companhia das Letras, 1999). Nele, retorna aos anos 60 e às experiências de tortura. Agora, três personagens, no presente, expõem seus fantasmas e dores...

Para traçar um esboço dessa problemática, talvez seja importante compreender um pouco quem é esse autor. Assim, creio ser necessário, aqui, desenhar seu perfil, para melhor absorver e depois discutir as questões levantadas.

*Quem é Carlos Heitor Cony*⁹

Carlos Heitor Cony nasceu no Rio de Janeiro em março de 1926, filho de Ernesto Cony Filho, jornalista, e de Julieta de Moraes. Tendo a intenção de seguir uma vida religiosa, ingressou, em 1938, no Seminário de São José, no Rio de Janeiro. Desiludido, contudo, em 1945 renunciou à formação religiosa e ingressou na Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), mas abandonou o curso em 1947.

Iniciou sua vida profissional como jornalista, substituindo o pai, que estava doente. Ingressou, ainda naquele ano, tanto no *Jornal do Brasil* como na Câmara Municipal do Distrito Federal. A vida literária começou a dar seus primeiros frutos dez anos depois, quando recebeu, em 1957 e 1958, o prêmio Manuel Antônio de Almeida, concedido pela Prefeitura do Rio de Janeiro, por seus livros *A verdade de cada dia* e *Tijolo de segurança*, que seriam publicados respectivamente em 1959 e 1960.

A partir de 1960, passou a colaborar no jornal *Correio da Manhã*, escrevendo reportagens internacionais e, em seguida, editoriais. Em 1962, revezando-se com Otávio de Faria, começou a redigir crônicas políticas publicadas três vezes por semana nesse jornal, na seção intitulada Da arte de falar mal. Entre 1963 e 1965, assinou uma coluna no jornal *Folha de São Paulo*, que dividiu com a poetisa Cecília Meireles. Sua coluna no *Correio da Manhã* ficou marcada por matérias corajosas escritas logo após o movimento de 1964. Transformou seu espaço nesse jornal em uma tribuna política nos meses que se seguiram a este episódio. Sobre suas posições nessa época, disse não ser um político, nem querer ser “[...] um

jornalista político. Escrevi sobre a situação nacional em uma hora em que a política era secundária. O que ficou em jogo foi a dignidade da pessoa humana, das instituições civilizadas”.

Suas crônicas na imprensa foram selecionadas e publicadas ainda em 1964, sob o título de *O ato e o fato*. Ao deixar o *Correio da Manhã*, ingressou na Editora Bloch, em meados dos anos 70, passando a colaborar na revista *Manchete*, dando um outro tom aos seus escritos.

Em 1965, com outros intelectuais, como Glauber Rocha, Antônio Calado, Flávio Rangel, Thiago de Mello, Márcio Moreira Alves, participou de um protesto contra o marechal Castelo Branco, por ocasião da Conferência das Organizações dos Estados Americanos (OEA), realizada em um hotel da zona sul do Rio de Janeiro. Isto porque o regulamento da OEA proibia que se realizassem conferências em países não-democráticos. A conferência na cidade do Rio de Janeiro, contudo, já estava marcada quando ocorreu o movimento de 1964.

A vaia que o presidente Castelo Branco recebeu nessa manifestação levou Cony à prisão, juntamente com Calado e Glauber. No cárcere, que durou um mês, continuou a escrever o livro *Pessach: a travessia*, enquanto Glauber finalizava as cenas do filme *Terra em transe*, e Calado terminava de escrever o *Quarup*. Em comum, as três obras abordam a questão da guerrilha e da luta armada como solução para o panorama político do País naquele momento. Foi preso uma outra vez, horas depois da decretação do Ato Institucional n.5 (AI-5), em 13 de dezembro de 1968.

Após responder a oito processos, três IPMs e ser preso seis vezes por “delito de opinião”, deixou o País. Um dos processos a que foi submetido teve como autor o então ministro da Guerra, general Costa e Silva, que se utilizou deste fato para provar a existência de uma imprensa livre no País, dizendo que existia “[...] um cronista que me ataca diariamente e, está em liberdade”. Depois desse período de auto-exílio, retornou, em 1970, trabalhando na editoria de revistas.

Questionado acerca de suas posições políticas, autodefiniu-se como “inteligente o bastante para não ser de direita, mas muito rebelde para ser de esquerda”.

Nas empresas Bloch, lançou a revista *Ele e Ela* e dirigiu as revistas *Desfile* e *Fatos & Fotos*. Mais tarde, com a compra de um canal de TV pelo grupo Manchete, trabalhou, entre 1985 e 1990, no núcleo de dramaturgia, apresentando os projetos e as sinopses das novelas *A Marquesa de Santos*, *Dona Beja* e *Kananga do Japão*. Na década de 1990, tornou-se assessor da diretoria das empresas Bloch. E, a partir de março de

1993, passou a ocupar uma coluna no jornal *Folha de São Paulo*, substituindo Otto Lara Resende, que falecera um ano antes.

Publicou as seguintes obras: *O ventre* (romance, 1958, reeditado em 1996), *Informação ao crucificado* (romance, 1961), *Matéria de memória* (romance, 1962), *Antes, o verão* (romance, 1964, reeditado em 1997), *Da arte de falar mal* (crônicas, 1964), *Os sete pecados capitais* (em colaboração, 1964), *Posto seis* (1965), *Balé branco* (romance, 1966), *Pessach: a travessia* (romance, 1967, reeditado em 1997), *Quem matou Vargas* (biografia, 1968, reeditado em 1974), *Charles Chaplin* (ensaio e antologia), *Sobre todas as coisas* (contos e novelas, 1969, reeditado com o título de *Babilônia! Babilônia*, 1978), *Pilatos* (romance, 1974), *O caso Lou: assim é se lhe parece* (1975), *JK, memorial do exílio* (biografia, 1982), *Quase memória* (romance, 1995), *O piano e a orquestra* (romance, 1996) e *A casa do poeta trágico* (romance, 1996). Dedicou-se também à literatura infanto-juvenil, traduzindo e adaptando textos de Mark Twain, R. L. Stevenson, Emílio Salgari, Jules Verne, Charles Kingsley, Lewis Wallace, Alain-Fournier e Herman Melville. Voltou-se para a tradução de literatura clássica de autores como Máximo Gorki, Alexandre Dumas e Dostoievski.

Recebeu, em julho de 1996, o prêmio Machado de Assis da Academia Brasileira de Letras (ABL), o mais importante desta instituição, pelo conjunto de sua obra. Afirmou, na ocasião, não pretender se candidatar a uma vaga na ABL, já que “[...] esse prêmio só aumenta a minha disposição de não entrar para a Academia. Já tenho o mais, que é o prêmio com o nome de Machado, não preciso ter o menos, que seria ser membro da ABL”.

DE QUE TRATA *PESSACH*

Adentrando as tramas da narrativa, o romance *Pessach* começa de duas maneiras distintas. Nas edições de 1967 e 1975, feitas pela editora Civilização Brasileira, o texto diz: “Hoje faço quarenta anos”. Já na edição de 1997, da Companhia das Letras, lê-se: “Hoje, 14 de março de 1966, faço quarenta anos”. Apontando que essa reedição dá um cunho autobiográfico ao livro, a data que aparece é a mesma do aniversário do autor. Ambos fazem ali quarenta anos.

O texto inicia-se quando o protagonista, Paulo Simões, vive um dilema de transição. Paulo é um escritor sem ligações políticas que escreve textos picantes e vive em um Brasil pós-1964. Filho de um judeu

assimilado; descasado, tem alguns flertes, uma ex-mulher que refez a vida, uma filha em um colégio interno de freiras no Rio de Janeiro – mesmo o protagonista sendo ateu –; pais idosos, dos quais cuida; uma cápsula de veneno dada pelo pai, que tem medo de violências religiosas contra os judeus; e amigos que o querem engajado politicamente, limita-se, porém, a ter seu nome em abaixo-assinados.

O personagem tem acordos editoriais e precisa escrever um outro romance, assim, busca sair da cidade para cumprir a tarefa. Para Paulo, completar essa idade é o símbolo de uma morte. Depois desta passagem, ele intui e deseja que um novo homem venha a surgir.¹⁰ E toda a trama começa e se desenrolar a partir dessa perspectiva de mudança. Será na noite dessa alteração de idade, dessa passagem, e nos dias que se seguem, que tudo irá acontecer.

Para entender os nós da trama, contudo, há que se apreender palavras, títulos e conceitos internos à dinâmica do romance. Há que se ler nas entrelinhas. Para começar, a palavra *Pessach*, título da narrativa, remete à história bíblica do povo hebreu e seu êxodo. O texto bíblico narra que, depois de serem escravos do faraó no Egito e guiados pelo profeta Moisés, os hebreus passaram quatro décadas percorrendo o deserto até chegarem à *Terra Prometida* e se tornarem livres. Tal caminhada incluiu a travessia do Mar Vermelho, que se “abre” frente ao pedido do profeta, e a impossibilidade de Moisés chegar ao fim do trajeto – a terra de Israel. A narrativa explica que o profeta duvidou de Deus e, como castigo, não pôde cruzar as fronteiras entre o exílio e a pátria. Esta imagem, como pretendo demonstrar ao final, é a chave para se compreender o romance de Cony. É interessante sublinhar que o número quarenta aparece recorrentemente no texto. Esse é tanto a idade de Paulo e de Cony como o tempo de permanência do povo hebreu no deserto, no seu exílio entre o Egito e a *Terra Santa*.

Pessach significa, portanto, a travessia, a mudança, a alteração. É a polissemia do termo que várias vezes o autor destaca. Uma diversidade de sentidos que remete também ao antagonismo. Para o personagem Paulo, nesse primeiro momento, *Pessach* é passar por cima, como o anjo que sobrevoou a casa dos primogênitos hebreus e os poupou. Essa narrativa se inclui nas dez pragas que Deus teria mandado ao faraó do Egito, como forma de pressionar a libertação dos escravos¹¹

O sentido de “passar por cima” no livro, entretanto, assume, nesse instante, uma conotação tanto negativa, como a possibilidade de alteração. Imprime ao personagem, um escritor burguês e um judeu assimilado, a noção de “alienação política”, típica e fruto das dispu-

tas e questões dos anos 60 e 70. Segundo o crítico literário Miguel Sanches Neto (1997, p.41),

[...] o romance coloca em questão, portanto, uma encruzilhada: ou Paulo passa por cima da realidade (como ele vinha fazendo até então na sua trajetória [...]) ou aceita atravessar as adversidades. Este eixo-semântico é que define a própria estrutura da obra, dividida em duas partes: “Pessach (A Passagem por Cima)” e “A Travessia”.

No desenrolar da trama narrativa, Cony vai, pouco a pouco, apontando as questões que, segundo a visão de um escritor apartidário, nortearam, à época, a feitura do livro. Assim, para o autor, as “opções” de Paulo podem ser duas: “engajar” ou ser “engajado”, pelos amigos, à luta armada. Sem decisão pela luta, mas também sem buscar saída para as pequenas “armadilhas”, Paulo se vê, de repente, no meio de uma fazenda no interior do Estado de São Paulo. Naquele local, homens e mulheres acreditam em uma grande estrutura suprapartidária, que garanta a sobrevivência daquele esquema de resistência armada à ditadura militar brasileira. Apontando para diferentes níveis e formas de participação, o escritor indica um personagem que aos poucos se modifica. Não fez ainda a travessia, mas várias formas de fazê-la são apontadas. A intenção é demonstrar que, pouco a pouco, deixa de passar por cima das questões.

Existem também, no texto de Cony, duas possibilidades que se entrelaçam. A primeira dá conta de que a luta, as armas, a guerrilha irão destruir a ditadura militar que se implantou no País pós-1964. É interessante sublinhar, contudo, que o livro foi escrito em 1966 e publicado em 1967, antes do AI-5 e, portanto, do VI Congresso do Partido Comunista Brasileiro (PCB). A segunda opção indicada por Cony tornou o livro uma polêmica. Isto porque impõe ao PCB dois difíceis legados: além de não apoiar a luta armada, teria lutado contra ela. E, segundo declarações contemporâneas à terceira edição de *Pessach*,

Cony acha que a resistência à ditadura militar foi feita por não-comunistas, que o PC até atrapalhava: “Eu fui preso seis vezes e nunca encontrei um comunista preso. O PC não lutava contra a ditadura. Quem lutava era a AP, os socialistas, diversos porras-loucas isolados, movimentos independentes. Os comunistas não apoiavam isso, diziam que eram aventuras pessoais, personalistas, pequeno-burguesas”. (Sá, 1997, p.39)

O PCB e o VI Congresso

Para redesenhar a espinhenta ferida que Cony aponta em seu livro e que, ao que parece, ainda sangra, é preciso saber qual a posição do PCB nos anos da ditadura militar brasileira do pós-1964. As diretrizes do partido frente às questões daquele período são retiradas no VI Congresso do PCB, realizado em 1967, ano da publicação de *Pessach*, e ficaram conhecidas como “Frente Democrática” (Pandolfi, 1995). Durante o VI Congresso, o partido se vê entre duas escolhas: a) a luta armada, que era vista como o agravamento das tensões sociais; e b) as aspirações sociais, a democracia. Foi feita a segunda opção, identificada como a retirada do esquerdismo do partido.

Quase dez anos depois do VI Congresso, o jornal do partido, a *Voz Operária*, sublinhou o acerto de sua decisão na época. Para o PCB, em meados dos anos de 1970,

[...] a maioria dos agrupamentos de esquerda favoráveis à luta armada havia sido dizimada pela ditadura. O PCB também não tinha passado incólume pela repressão, mas tinha conseguido sobreviver. (Portanto,) os louros da vitória deveriam recair sobre o PCB: “O êxito da oposição representou também uma vitória da orientação política dos comunistas e confirmou a justeza da linha política do PCB”.¹²

Mesmo com as fortes derrotas que o partido sofreu entre 1974 e 1975 – com a morte de nove membros do Comitê Central, assassinados pelos órgãos de repressão política, o exílio de parte da direção e a transferência do jornal do partido para o exterior –, o PCB continuou a acreditar na positividade das medidas adotadas a partir do VI Congresso. Segundo Pandolfi (1995, p.205), o cerne da questão oscilou entre duas alternativas: a) a incorporação de valores democráticos; ou b) o abandono aos ideais revolucionários da década de 1920. As decisões impuseram um perfil ao PCB, que perpassava pela

[...] participação em todas as instituições permitidas pelo regime ditatorial. Através do caminho eleitoral, consideravam possível e desejável restabelecer a ordem democrática no país. [...] criticando todos aqueles que no pós-1964 romperam com o partido e aderiram à luta armada, os pecebistas afirmavam: “já nos primeiros dias após o golpe militar, [...] recusaram-se ao esquerdismo aven-

*tureiro, diagnosticando os aspectos essenciais da ditadura militar. Negaram-se ao radicalismo e colocaram no centro de sua estratégia a luta organizada das massas contra o autoritarismo, a autocracia, o fascismo”.*¹³

As resoluções tomadas no VI Congresso trouxeram, como não poderia deixar de ser, perdas e ganhos ao PCB. Mais de trinta anos depois das medidas reafirmadas em 1967, Leandro Konder, ex-militante do partido, analisa as deliberações lá tiradas e relembra que¹⁴

[...] pessoalmente, eu era muito ligado a um companheiro – Armênio Guedes, que é um jornalista baiano, uma figura maravilhosa, hoje muito céptico. Na época, ele dizia o seguinte: um certo nacionalismo aceitável para o centro do comunismo mundial, que era a União Soviética, porque era antiamericano, antiimperialismo, ele nos ajuda, criando condições favoráveis na luta pela democratização do partido. Então a nossa idéia era que a questão democrática, que era a questão essencial, dependia de um aproveitamento da questão nacional, que estava formulada de uma maneira que, hoje sabemos, é bastante limitada. Mas que, na época, era vista como algo que nos convinha. Nesse sentido, eu achava que o VI Congresso era uma avanço. Por outro lado, nós estávamos convencidos que a luta armada era um beco sem saída. Então, também tinha esse outro lado. O partido era das organizações revolucionárias de esquerda mais experiente, a mais antiga e aquela que percebia com maior clareza a inviabilidade da luta armada. O que não quer dizer que nós estávamos certos e os outros errados. Porque no erro dos outros havia uma iniciativa que ia além da nossa falta de iniciativa. Quer dizer, eu acho que nós errávamos porque a nossa falta de lucidez nos paralisava. Então não era uma lucidez efetiva.

Quem estava fora do partido, é claro, tinha outro foco de visão. Para Cony, nas declarações recentes, o PCB de fins dos anos 60 era um partido sem qualquer expressão no cenário político. Isto porque, na sua análise, os grupos que não seguiam as regras do partido eram os que efetivamente estavam lutando contra a ditadura civil-militar do pós-1964.

Pouco mais de um ano depois do VI Congresso, o País vê o golpe do golpe, a decretação do AI-5 e a vitória dos ideais da “linha dura”. A lei, os direitos civis e a ordem democrática ficam suspensos, fora do ar

no território nacional. O PCB, mesmo assim, apostou, segundo Pandolfi, que *ser comunista* no pós-1967, após o VI Congresso, era lutar pelas reformas e pela revolução apenas na lei...

A censura no Partido

Talvez, como sugere Cony, existisse uma falha no foco das lentes do Partido Comunista frente à realidade nacional. Se essa existiu, parece que havia também uma vontade de não acertar o olhar para uma determinada imagem. Nessa direção, quando Cony lança seu livro e denuncia a ação do partido, tanto no plano das idéias como em atos, contra as guerrilhas armadas de esquerda, uma grande celeuma se expõe. Mas, ao que tudo indica, essa tem raízes anteriores. Tudo parece ter começado um pouco antes.

Em novembro de 1965, um mês após a edição do AI-2, um grupo de intelectuais se reuniu em frente ao Hotel Glória, no centro do Rio de Janeiro, para protestar contra a realização da Conferência da OEA no Brasil.¹⁵ Foram feitas, na ocasião, diversas prisões, reunindo em uma mesma cela da PE da Barão de Mesquita, no Rio de Janeiro, Antônio Calado, Glauber Rocha e Cony. Cada qual desenvolveu ali projetos que marcaram suas vidas e o País nos anos seguintes. Calado escrevia *Quarup*; Glauber, as cenas de *Terra em transe*; e Cony, *Pessach*.

O romance de Cony, que se divide em duas partes – *Pessach: a passagem por cima* e *A travessia* –, encontrava-se em um dilema antes do autor ser preso: “o intelectual pequeno-burguês e alienado deveria aceitar a luta armada – opção que parecia única aos mais desesperados?” (Cony e Calado, 1993). No caldeirão das polêmicas e colocando divergências ideológicas à parte, Calado analisa essa obra de Cony e lhe confere o título de “livro que melhor registra na literatura do Brasil, a angústia da época mais neurótica dos tempos modernos” (Cony e Calado, 1993).

Ao sair da prisão, Cony parece ter solucionado a encruzilhada do seu romance. Existe no livro um personagem, Silvio, amigo de Paulo, que repete que “a pátria exige sacrifícios de todos nós!”. E a primeira parte do livro, a “passagem por cima”, termina com o protagonista sendo levado pelo redemoinho dos acontecimentos, sem que consiga impor suas vontades. Sua *opção* é feita ao sabor das ondas. Não se nega a ir, mas não faz força para o contrário.

Vale aqui uma ressalva: na primeira edição do texto, em 1967, foi Leandro Konder quem escreveu o texto da *orelha* do livro. Nela, elogia muitíssimo essa primeira porção e diz que “a primeira parte deste livro

pode ser incluída entre as melhores páginas da ficção brasileira de todos os tempos”. Todavia, na reedição de 1975 e na publicação de 1997, a *orelha* mudou de mãos e foi escrita por Paulo Francis, que, à época do lançamento, disse a Cony que esse livro podia enterrá-lo. Nos conturbados anos 60 e 70, parece que Francis acertou, momentaneamente, na profecia. Cony deixou a literatura por longos 21 anos.

O texto da *orelha* de Konder, contudo, depois de elogiar a parte inicial do texto, critica a opção ficcional do autor e comenta que

[...] ao abandonar o “pequeno mundo” privado e ao lançar-se resolutamente à abordagem de questões mais difíceis de serem tratadas em termos ficcionais, Cony mostrou que a sua experiência já realizada como romancista, não matou nele a inquietação, a audácia na busca de caminhos novos. Ao meu ver, a audácia acarretou certo prejuízo estético para a unidade, o equilíbrio da obra.

Leandro Konder lembrou o processo de feitura desse texto e explicou que teria sido Ênio Silveira, militante do PCB e dono da editora Civilização Brasileira, quem o teria convidado “[...] para fazer a orelha e eu cheguei a conversar com o Cony sobre a minha opinião antes de fazê-la. Eu disse o que eu pensava e ele disse ‘escrevi isso é, eu escrevi’”.¹⁶

Nessa direção de análise, Konder reafirmou que a

[...] outra parte é uma aventura, que não é que eu seja contra, acho que até isso mostra uma certa vitalidade, explorar novos caminhos para criatividade é sempre bom em um escritor, mas há um risco de trabalhar uma matéria que ele não domina, com a qual não está tão familiarizado. Isso criou determinadas limitações que ele não conseguiu superar. Eu não acho que exista, sempre insisti que não deveria ser formulada uma crítica que impusesse uma certa proibição: “Não enverede por um caminho como esse”. Acho que o escritor tem o direito de enveredar, ainda mais quando é ficcional. Mas nós também temos o direito de dizer [o que achamos].

Na época em que saiu essa minha orelha, o Nelson Werneck Sodré, na revista da [editora] Civilização Brasileira, comentou o evento dizendo que era uma orelha que formula algumas dúvidas, que é uma coisa que honra o autor do livro, que concordou com a publicação da orelha, e o orelhador que foi franco, ao mesmo tempo

que foi simpático ao livro, [pode ser] franco. Então foi uma coisa interessante. Eu gostei de ter feito a orelha. Me senti inteiramente sincero. Eu tinha 31 anos quando a escrevi.

Quando reeditaram o livro, em 1975, Konder estava na Alemanha exilado desde de 1972. Ênio Silveira, segundo ele, não o consultou sobre a substituição da *orelha* e deve ter levado “[...] em conta o fato de que, desde a primeira edição, uma das pessoas entusiasmadas pelo livro era o Paulo Francis, que via lá uma espécie de visão antecipada da tragédia da luta armada. O livro era premonitório, segundo o Francis”.

No cerne dessas múltiplas interpretações sobre o livro, Antônio Calado, tentando compreender Konder, relembra que “[...] Leandro, por exemplo, era engajadíssimo [...]. Até que ponto não lhe pareceu que o engajamento quase frívolo de Paulo Simões desmoralizava um tanto a luta? Não sei” (Cony e Calado, 1993).

E é esse “não saber” que faz o ponto. No cerne das questões dos anos 60 e 70 no Brasil, o livro de Cony, diferente do de Calado, acabou recebendo duras e ostensivas críticas de um leque que ia da esquerda ao PCB. Preparando a mais recente reedição do livro, Cony deu várias entrevistas. À *Folha de São Paulo*, em 28/7/1996, disse que

[...] foi sabotado de toda maneira, inclusive dentro da editora, a Civilização Brasileira. Havia um grupo grande do Partidão com interferência na editora. O livro foi considerado uma pedra no sapato. Achava-se que não era o momento de questionar a pureza ideológica, a pureza tática da esquerda. Ora, não fiz outra coisa a não ser isso. Levei para a ficção o meu questionamento como jornalista. Não é porque eu critico o vencedor que estou dando razão ao vencido.

A reedição atual de *Pessach*, portanto, põe novamente em foco duas difíceis questões ao PCB. Expõe a hipótese de que o partido, além da opção contra a guerrilha, teria lutado contra ela de maneira real e concreta. E também acusa alguns membros do partido e/ou os militantes mais engajados de uma censura aos intelectuais que não seguissem as diretrizes do PCB. A questão, portanto, é: teria o partido o poder de condenar ou glorificar um autor, uma obra?

Durante os debates pelos jornais, que se seguiram a essa terceira edição de *Pessach*, o escritor Ruy Castro defendeu a tese de Cony e confirmou o boicote que, na época da primeira edição, segundo o autor de

Pessach, também foi ratificado por intelectuais como Otto Maria Carpeaux, Paulo Francis e José Linhares. Do outro lado dessa polêmica, estão os intelectuais e ex-militantes do partido, como Leandro Konder e Ferreira Gullar, ambos integrantes do comitê cultural do PCB, no Rio de Janeiro. Esses negam tudo, apenas declaram que realizavam reuniões para promover espetáculos, principalmente os realizados no Teatro Opinião, e dizem desconhecer qualquer censura à obra de Cony.

Recentemente, Gullar (1998) publicou um livro com as memórias de seu exílio, refletindo sobre sua atuação naquele momento. A narrativa se inicia com o aviso de Leandro Konder da prisão de um companheiro que os havia denunciado. Gullar continuava na legalidade e era da direção estadual do partido, esse sim na clandestinidade. Na eminência de também cair na ilegalidade, Gullar, ao se despedir de Konder, se considera

[...] uma vítima da inconseqüência do partido que insistira em me eleger para a direção estadual, clandestina, quando eu atuava muito bem na legalidade. Agora, enquanto todos os demais membros do comitê cultural iam poder responder ao processo normalmente, eu teria que mergulhar na clandestinidade. E isso sem nunca ter participado sequer de uma reunião da tal direção estadual. (Gullar, 1998, p.9-10)

Leandro Konder, respeitando a identidade dos participantes e citando apenas aqueles cuja revelação não causaria nenhum problema, relembra que fizeram parte do comitê cultural do PCB, no Rio de Janeiro, entre meados dos anos 60 e 70, Dias Gomes, Alex Viany, Leon Hirchman, Joaquim Pedro de Andrade, entre outros. Segundo as lembranças de Leandro, o comitê

[...] nunca tomou nenhuma decisão relativa à obra ou à avaliação de obra nenhuma de ninguém, da atividade de uma pessoa. Por quê? Porque a nossa concepção era de que o comitê cultural seria o lugar de coordenação, de concatenação de movimentos, que não passavam pela criação cultural, passavam pela ação política. Na hora de coordenar ações políticas de diferentes áreas, nós desempenharíamos um papel, essa era a nossa concepção. Então, eu nunca me lembro de [ter havido censura]. Me lembro de opiniões pessoais. Nunca houve discussão [oficial no interior do partido a respeito de obras individuais].

Eu acho que uma pessoa que conhece o Partido Comunista atra-

vés de livros, de relatos, através da história de alguns momentos da militância comunista, da atividade comunista em outros países em outras épocas, fica muito marcado por isso. E isso alimenta uma certa paranóia. Eu acho que o Cony, por nunca ter sido do partido, ele projeta alguns fantasmas [no que seriam as atividades] da militância.

Possivelmente, em alguns momentos, em alguns lugares, existiram fatos terríveis que alimentam essa paranóia. No caso do Rio de Janeiro, o comitê cultural, eu posso garantir que nos dissemos muitas bobagens, fizemos análises políticas absolutamente equivocadas, mas em nenhum momento nós fomos muito stalinianos.

Inúmeros jornalistas, entretanto, vieram a público declarar que integrantes do PCB estavam, naquele período, em postos-chaves na imprensa e tinham o poder de iluminar e obscurecer quem quisessem. Quanto à censura do partido, se é que existiu, parece ter atingido também outros intelectuais, como Gilberto Freire, Lúcio Costa e Otávio de Faria.

A escritora Raquel de Queiroz também narrou sua experiência de censura frente ao PCB durante o período getulista. No livro *Tantos anos* (editora Siciliano, 1998), uma autobiografia, ela inclui a militância política e conta que

só fiquei 24 horas no PC. [...] Ser comunista era como ser frade, era preciso muita aprovação interior.

[...] Rompi com o PC. Depois viajei a SP e, a partir de 1933, me envolvi com os trotskistas. Até hoje sou trotskista.¹⁷

A gota d'água nessa curta relação girou em torno do seu livro *João Miguel*. A cúpula do partido pediu para ler os originais e Raquel lhes entregou “um rolo de papel pardo, a única cópia do livro que possuía, mal datilografada na minha velha Corona”. No dia seguinte, foi chamada e comunicada de que deveria intervir no texto. Isto porque o comitê central

não aceitava que a operária se prostituísse e que a burguesa fosse boazinha. Queriam que eu fizesse o contrário. [...] Pedi os originais. Disse que era para anotar o que eles estavam dizendo. Coloquei-os debaixo do braço e sai correndo.

Ao que parece, corroborando com essas imagens, Nelson Rodrigues, lembrado por Ruy Castro, dizia que no Brasil “só se é inte-

lectual, artista, cineasta ou mata-mosquito com a aquiescência e com o aval das esquerdas”.

Um ano após a primeira publicação do livro, Cony vai a Cuba a convite do Prêmio Casa de Las Américas. Uma viagem que teve que começar na Europa, para ludibriar os agentes do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), mas que se encontra registrada no prontuário do autor, na sede carioca daquele departamento da polícia. Ao voltar ao Brasil, sintomaticamente, não tinha emprego na imprensa. O único a acolhê-lo foi Adolfo Bloch, onde trabalha até a feitura deste *paper*.

Em 1975, *Pessach* recebeu uma segunda edição, com nova capa e orelha (a de Leandro Konder foi substituída pelo texto de Paulo Francis). O exemplar de 1967 era vermelho com um rasgo roxo, onde se via o perfil de três homens com metralhadoras em punho. Já o de 1975 tinha o desenho de uma grade e, do lado de fora, um foco de luz, que tanto podia ser o farol de um carro como o cano iluminado de uma arma após os disparos. Ruy Castro denuncia que essa segunda edição não tinha um motivo. Isto porque a primeira, com livros ainda sem manuseio, lotava os depósitos dos sebos no Rio.

As feridas levantadas tanto no debate em torno do livro como no interior daquela narrativa, todavia, se fazem parte da trajetória do PCB, parece que também ainda sangram muito do outro lado. Nesse sentido, como é comum a todos os intelectuais, independente da época e do espaço, o grupo de Cony, que incluía Jânio de Freitas, Ruy Castro, Sérgio Augusto e João Máximo, se reunia mensalmente nos anos 60 e 70. Esses escolheram a mesa 21 do restaurante Arlecchino, no Bairro de Ipanema, zona sul do Rio de Janeiro. Quando da reedição do livro, em 1997, o jornalista João Máximo, do jornal *O Globo*, resolveu pôr frente a frente Cony e Ferreira Gullar. A amizade entre Máximo e Cony acabou. O autor de *Pessach* acusou o velho amigo de ter sido condescendente com seus supostos algozes.

Cony, respondendo à matéria assinada por Máximo, escreveu um artigo para o mesmo jornal carioca, no qual acusa o comitê cultural do PCB, do Rio de Janeiro, de “SNI às avessas” (Cony, 1997). E analisa que a única atividade do partido, à época, era a desenvolvida por aquele comitê, que “[...] atuava somente no varejo, patrulhando as manifestações no jornalismo, nas editoras, nas gravadoras, na produção de shows, do teatro, do cinema e da MPB”. Isto porque, segundo Cony, Gullar lhe teria confidenciado que pediu para a “turma” que comprasse seus livros no pós-1964. Certamente esse *amparo* da “turma” era uma manifestação de apoio às declarações e denúncias de Cony na sua coluna do *Correio da Manhã*.

O papel das crônicas de Cony no jornal foi lembrado por Konder como

[...] muito importante. No momento [da coluna no Correio da Manhã], eu acho que uma boa parte da esquerda, senão brasileira pelo menos carioca, vivia de ler o Cony no Correio da Manhã. A gente acordava cedo para ler o Cony. E nessa época o Cony trabalhava, recebeu ajuda concreta, efetiva, colaboração prática de Ferreira Gullar. Então o Ferreira Gullar criticava, divergia dele, mas, ao mesmo tempo, tinha um carinho por ele como amigo. Outras pessoas do comitê nunca manifestaram grilo em relação a ele. E outra pessoa, que não era do comitê, porque tinha uma situação muito especial, era Ênio Silveira, que nós sabíamos que era do partido, mas que preservava uma certa autonomia para poder gerir, para poder dirigir a editora que era dele. [Ênio dizia] que a editora não é do partido, “é minha”. E ele era um cara do partido também. [Ênio] gostava do Cony, era seu editor, seu admirador.

Pelo ponto de vista de Cony, contudo, parece que o pedido para comprar seu livro, sugerido por Gullar, deu certo, e esse começou a vender, até de forma artificial. Seguindo essa linha de raciocínio, Cony conclui que, se podiam ser comprados em determinado momento, também podiam ser boicotados em outro. Dependia do pedido. Portanto, a análise de Cony, no artigo para o jornal carioca, em resposta a Máximo, expõe, certamente, muita mágoa. Mágoa de quem saiu ou foi posto fora de cena. Cony compara esse seu isolamento às atuações políticas na União Soviética da época. Assim, finaliza sua resposta dizendo que naquele país faziam do “[...] dissidente ou o indesejado uma não-pessoa. Os exemplos são muitos. Não se polemiza com uma não-pessoa, isso a torna uma pessoa”.

O debate parece apontar para um caldeirão de rugas. Toda essa ferida é contemporizada pela lucidez de Leandro Konder. Para ele, a impressão é de que Cony

[...] é um homem que se baseia muito em impressos, imagens, é um artista, um ficcionista. Então, ele deve ter tido alguns contatos humanos desagradáveis com comunistas e, com isso, se consolidou, se cristalizou nele uma visão muito hipercrítica do partido, com alguns toques dessa fantasia persecutória, que é muito comum às pessoas que conhecem os comunistas através de fragmentos. Que eu me lembre, Ferreira Gullar gostava muito do Cony pessoalmente.

[Nesse sentido], *eu acho que a mágoa é má conselheira. Se a mágoa se infiltra no sentimento da gente, a gente começa a ter dificuldade de avaliar, com um mínimo de equilíbrio, de isenção as coisas, e eu temo cometer injustiças em relação a pessoas das quais eu divirjo.*

Cony é um sujeito que segue um caminho, tem uma visão política que não é a minha, segue um caminho que não é o meu. Mas, ao mesmo tempo, é um escritor que eu respeito. Uma pessoa que eu considero íntegra. Então, independentemente dessas fantasias persecutórias, eu procuro me preservar de qualquer movimento de impaciência com ele. Acho que intelectual e artista são pessoas complicadas por definição, e a gente tem que aceitá-los na complicação deles. Nos anos 70, como isso aqui funcionava? Como era a atividade do partido? Eu [não sei porque] passei os anos 70 praticamente fora do País. Desde 72 que eu já estava na Alemanha e [só] voltei no final de 78.

Rancores à parte, toda essa narrativa traz em si uma questão delicada e fundamental. Esses dois grupos estão disputando algo que vai além do *disse-me-disse*. A luta é clara: que versão o passado deve ter. E certamente este é o ponto que faz das polêmicas em torno de *Pessach* uma possibilidade de reflexão acerca do *fazer história*.

A QUEM PERTENCE O PASSADO?

Basicamente, está-se tratando aqui de dois grupos que são antagônicos em muitos pontos e possuem diferentes análises sobre um dado momento do passado. Pois bem, está-se debatendo no interior de uma ferida sangrenta. Lá, o sangue jorra ainda quente. Disputa-se pela construção de uma memória, pelo controle do passado e também do presente e do futuro. Essa é uma batalha antiga. Muitos textos teóricos nas ciências sociais vêm-se debruçando sobre a questão.¹⁸

Recentemente, a transformação do romance autobiográfico do deputado federal e ex-militante do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) Fernando Gabeira (1979) em filme instaurou uma polêmica acerca da apropriação e ficcionalização de fatos históricos. Abrindo, literalmente, nos jornais e na TV, uma outra ferida e mostrando o quanto ela também ainda sangra.

Certamente que, ao falar das chagas, expô-las talvez seja uma ma-

neira de, ao revivê-las, não estancar o sangue ou apaziguar-se com o que passou, mas poder compreender os acontecimentos passados. Várias visões podem ser construídas para os fatos. Trazê-los à tona e permitir que os indivíduos em sociedade escolham suas versões nos ajuda a pensar quem somos e que tipo de sociedade queremos.

Esse é um dos méritos dos debates na imprensa sobre o filme de Bruno Barreto baseado no livro de Gabeira, que foram reproduzidos em livro (Reis Filho, 1997). Composto de textos de ex-militantes políticos e hoje acadêmicos, torna a leitura uma reflexão a partir de uma encruzilhada especial. Essas pessoas falam tanto do lugar de protagonistas dos eventos quanto de formuladores de conceitos acerca desses. Portanto, as feridas ali expostas ainda estão em chagas; mas, segundo as conclusões no interior dessas análises, essa dor é maior quando os fatos são rearrumados para justificar uma escolha de sociedade desejada. Pois é isto que se está disputando: a construção e o controle da memória.

Para exemplificar e justificar o que digo, gostaria de destacar um dos textos do livro sobre o filme de Barreto: o artigo do professor Daniel Aarão Reis Filho. Nele, o autor discute uma percepção que tenta impor aos anos 60 uma *memória da conciliação*. Para Reis Filho, “[...] seria como recordar esquecendo, esquecendo a dor” (p.35). Neste sentido, a volta ao passado, para alguns, é um ato de abrandamento e de recorte das arestas, é um redesenhar que respeita uma lógica da harmonia e dispensa tensões e atritos. Foi isso que o filme de Bruno Barreto, segundo a análise de Reis Filho, fez.

A partir dessa reflexão, é impossível não pensar no que definiria o ofício do historiador e/ou de qualquer pessoa que se debruça na investigação histórica. No contra-argumento de Reis Filho, ir ao passado é um ato político, sendo impossível a busca de uma neutralidade. Portanto, pensar esse passado como a *memória da conciliação* é uma escolha política de passado e de construção social.

Assim, há sempre que se refletir acerca das análises que cada momento e grupo fazem de um determinado corte temporal. O historiador não é nem pode ser visto como um ser que desenterra os acontecimentos e os traz do fundo do baú para as luzes. Como também é claro que não há uma única verdade a ser descoberta e revelada. As versões construídas impõem uma visão de sociedade e, como sugere Reis Filho, a decisão por uma delas direciona uma escolha. Não há isenção.

Retornando ao livro de Cony e à polêmica com o comitê cultural do PCB, algo fica claro. Por um lado, ex-militantes do partido têm a difícil tarefa, no presente, de sustentar uma posição política que também

implicou atos concretos. Por outro, um escritor tem a dolorosa responsabilidade de, ao acusar um determinado grupo por suas atuações, auxiliar o tempo presente a repensar uma versão do passado. Ambos os lados, entretanto, debruçam-se sobre dores profundas e pessoais; sobre a “verdade de cada um”.

Além do que, longe de ter um ponto final, essa disputa é o fruto mais rico para o exercício de reflexão. Em um outro patamar de análise, os debates que circundaram o filme de Barreto, as acusações que estão no interior de *Pessach* e no contra-argumento de Ferreira Gullar não querem impor aos fatos uma *memória da conciliação*. Felizmente, ou não, ali a dor ainda pulsa forte.

Assim, a imagem final do livro de Cony é a de um escritor que vê um grupo de militantes de esquerda dizimados, segundo ele, pelo PCB, que os teria traído. Paulo, o protagonista, pode exilar-se. Sair do País é uma opção e uma escolha; além de uma imposição. Diferente dos motivos impostos ao profeta Moisés, que não pôde entrar na Terra Prometida e morreu no exílio, Paulo não escolhe deixar o país. O próprio Cony se auto-exila e retorna. Mesmo na pátria, está expatriado profissionalmente. Ambos, Paulo e Cony, como sugere o autor, fazem e não fazem a travessia. Mas, diferente de uma certa parcela da esquerda, já não “passam por cima”. Já não negam uma determinada realidade. Mesmo não escolhendo as armas, Cony não justifica quem as condena como alternativa. Condena sim quem, mesmo estando na oposição, passou por cima de “companheiros” para impor uma imagem desfocada à realidade. Assim, critica quem acreditou nos direitos e na lei em uma terra que vivia momentos de desmandos.

A mais recente edição do livro de Cony dá a esse um caráter autobiográfico, ao expor a mesma data de aniversário do romancista-personagem e do romancista-autor, citando os termos usados por Konder para identificar Paulo Simões e Carlos Heitor Cony. Ao concluir sua famosa *orelha* à primeira edição, Leandro Konder diz que

Cony, entretanto, está consciente do que está fazendo. Ele se dispôs a pagar o preço que lhe era exigido por um imperativo ético. Depois de se ter empenhado de corpo e alma na luta política como jornalista – em O ato e o fato – ele se sentiu obrigado a empenhar-se igualmente como romancista. Através da ficção, este intelectual inteiriço e combativo lança agora o seu protesto contra alguns aspectos terríveis da realidade política e humana do Brasil atual. E este protesto, seguramente, vai dar muito o que falar.

As *proféticas* palavras de Konder demonstram que, felizmente ou não, aqui tudo está longe de um ponto final. Problemática ainda muito presente, essa disputa ainda marca e marcará as reflexões sobre esses “neuróticos” anos 60 e 70. O mais importante, talvez, é que, como sugere Bourdieu, as teias da rede sejam mais importantes do que a escolha pela *conciliação*. Não há um único trajeto!

NOTAS

1. O livro foi primeiramente publicado, em 1967, pela editora carioca Civilização Brasileira e reeditado pela mesma editora em 1975. Em 1997, recebeu uma nova edição, pela Companhia das Letras, que vem relançando as obras de Cony. Sua reimpressão, nesse momento, cria também um mote de reflexão.
2. O trabalho recebeu o título de “Da memória ao quase romance: Carlos Heitor Cony e seu exercício de autobiografia” e foi elaborado para o curso da professora Maria Stella Bresciani, realizado no segundo semestre de 1996, como cumprimento dos créditos de doutorado junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Unicamp.
3. Entre os meses de abril e maio de 1997, a professora Maria Luiza Tucci Carneiro, do Departamento de História da USP, organizou um módulo sobre censura, intitulado “Minorias Silenciadas”. Este compõe um simpósio que se estendeu por todo o ano e que se denominou Direitos Humanos no Limiar do Século XXI, realizado no Centro Universitário Maria Antonia. Nesse evento, o professor Daniel Aarão Reis, que é professor titular no Departamento de História da UFF, proferiu uma palestra intitulada “Os anos de chumbo e as vozes silenciosas: revolução e exílio nos anos 60”. A reunião dessas palestras comporá um livro, publicado pela Edusp.
4. O nome é sugestivo, pois o romance é classificado pelo próprio autor como antiliteratura, como pornografia aberta e repulsiva. O mito de *Pilatos* é o do sujeito que “lava as suas mãos”. Depois desse livro, Cony ficou 21 anos sem escrever romances, dedicando-se ao jornalismo e às traduções.
5. Na prisão com Glauber e Calado. *Folha de São Paulo*, 28/7/1996.
6. Gostaria de sublinhar que compreendo a perspectiva do professor Daniel Aarão e não tenho com ela, ou com ele, nenhum choque ou conflitos maiores. Utilizei esse “pretexto”, ou essa consideração sobre Cony, somado ao interesse em me debruçar sobre o texto *Pessach*, para traçar uma reflexão. Assim, aproveitei-me dessa provocação e a tornei fonte de inspiração para chegar ao tema.
7. Na época de sua publicação, as revelações contidas no livro de Paz geraram diferentes posicionamentos do público leitor e dos personagens do livro. Expor o lado “menos” heróico da militância nem sempre é bem visto.

8. Carlos Eugênio Paz, “o único sobrevivente do tribunal de 5 militantes da ALN que condenou o rapaz à morte, diz que o sentimento hoje é de dor. Mas defende a discussão no contexto da época” (Patarra, 1993. p.517).
Patarra, nessa nota, cita uma matéria do *Jornal do Brasil*, de 7/6/1987. O mesmo jornal, uma semana depois, realizou outra entrevista, sob o título de Os tempos de cólera, centrada no justicamento no interior da esquerda armada, entrevistando Moacir Villela, Daniel Aarão Reis, Hebert Daniel, César Benjamin, Renato Tapajós, Nelson Rodrigues Filho, Paulo Henrique Lins e Paulo Tarso Venceslau.
Essa questão retornou, em 1996, quando o livro de Paz foi lançado. Mas não era desconhecida na época. O jornal carioca *Correio da Manhã*, de 16/4/1971, noticiou a execução do militante Márcio Leite Toledo, da ALN, por seus companheiros de militância, a partir da apreensão de documentos no “aparelho” de Devanir José de Carvalho, em São Paulo. Nesses papéis, reproduzidos pelo jornal, lê-se: “A Aliança Libertadora Nacional – ALN – executou no dia 23 de março de 1971, Márcio Leite de Toledo. Essa execução teve o fim de resguardar a organização. [...] Elementos que tiveram atuação e vacilaram, não hesitaram em passar para o inimigo – exemplo José da Silva Tavares, traidor que entregou Toledo. Tolerância e conciliação tiveram funestas consequências na revolução brasileira. Temperar-nos, saber compreender o momento que passa a guerra revolucionária é nossa responsabilidade na organização. [...] As divergências políticas serão sempre respeitadas. Recuos de quem não hesitou em aceitar responsabilidades tão grandes, nunca”.
9. Para realizar esse perfil do autor, baseio-me nas informações contidas no seu verbete, elaborado por mim para a atualização do *Dicionário histórico-biográfico brasileiro* (Abreu e Beloch, 1983).
10. Essa idéia de “novo homem”, para a época, parece estar vinculada às reflexões de Che Guevara para o termo.
11. As dez pragas são: 1) a água se tornar sangue, 2) a multiplicação das rãs, 3) a proliferação de piolhos, 4) o enxame de piolhos, 5) a peste nos animais, 6) úlcera em homens e animais, 7) chuva de pedras, 8) o enxame de gafanhotos, 9) trevas no Egito por três dias e, 10) morte dos primogênitos egípcios (In: *Velho Testamento* – Tanach. Livro Êxodo, caps.8-11).
12. Resolução Política do Comitê Central, dezembro de 1975. *Jornal Voz Operária*, n.123, abril/1976. (Citado em Pandolfi, 1995, p.209, nota 18).
13. *Jornal Voz da Unidade*, 8 a 14/5/1981. (Citado em Pandolfi, 1995, p.206).
14. Quem cursou a graduação de História da UFF, entre meados dos anos 80 e 90, foi aluno do professor Leandro Konder no curso de História Social das Idéias. Eu tive esse privilégio. Por isso e por desejar conhecer os dois lados dessa narrativa, fui ouvi-lo. Leandro me recebeu em sua sala no Departamento de Educação da PUCRJ, onde leciona agora, para uma conversa em 10/8/1998.
15. Fato já mencionado neste texto, quando redesenho o perfil de Carlos Heitor Cony. Gostaria de sublinhar, aqui, que contei com diversas fontes, inclusi-

- ve com o seu prontuário no DOPS do Rio de Janeiro, que possui 303 páginas. Essa documentação encontra-se em depósito no Arquivo do Estado do Rio de Janeiro. Para tal, foi fundamental a confiança e generosidade de Cony, que me permitiu o acesso a este sem restrições.
16. entrevista concedida à autora em 10/8/1998.
 17. Memorial de Raquel. Jornal *O Globo/Prosa & Verso*, 3/10/1998. p.1-2.
 18. Apenas para citar alguns, gostaria de destacar:
 - Halbwachs, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice 1990;
 - Frank, Robert. La mémoire et l'histoire. *Les Cahiers de L'IHTP*, Paris, n.21, p.65-72, 1992;
 - Rioux, Jean Pierre. La mémoire collective. In: Rioux, Jean Pierre et Sirinelli, J. F. (orgs.). *Pour une Histoire Culturelle*. Paris: Seuil, p.325-354, 1997;
 - Rousso, Henry. A memória não é mais o que era. In: Ferreira, Marieta de Moraes e Amado, Janaína (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, p.93-102, 1996; e
 - Thompson, A; Frisch, M.; e Hamilton, P. Os debates sobre memória e história: alguns aspectos internacionais. In: Ferreira, Marieta de Moraes e Amado, Janaína (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, p.65-92, 1996.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Alzira Alves de e BELOCH, Israel (coords.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro, 1930-1983*. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária/CPDOC-FGV/Finep, 1983.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996, cap.13.
- CASTRO, Ruy. Pessach, de Cony, fura um silêncio de 30 anos. *O Estado de São Paulo*, 8/3/1997.
- CONY, Carlos Heitor e CALADO, Antônio. Dois livros que saíram da prisão. *Folha de São Paulo*, 4/4/1993.
- CONY, Carlos Heitor. SNI às avessas. *O Globo*, 27/3/1997.
- DARNTON, Robert. O significado cultural da censura: a França de 1789 e a Alemanha Oriental de 1989. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v.7, n.18, 1992.
- FERREIRA GULLAR, Rabo de foguete. *Os anos de exílio*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 1998.
- GABEIRA, Fernando. *O que é isso companheiro?* Rio de Janeiro: Codecri, 1979.
- PANDOLFI, Dulce. *Camarcadas e companheiros - história e memória do PCB*. Rio de Janeiro: Ed. Relume Dumará, 1995).
- PATARRA, Judith Lieblich. *Iara - reportagem biográfica*. 4.ed. Rio de Janeiro: Ed. Rosa dos Tempos, 1993.

- PAZ, C. E. *Viagem à luta armada: memórias romanceadas*. 2.ed. Editora Civilização Brasileira, 1996.
- REIS FILHO, D. A. Um passado imprevisível: a construção da memória da esquerda nos anos 60. In: REIS FILHO, Daniel Aarão et alli. *Versões e ficções: o seqüestro da história*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1997.
- SÁ, Vera. Partido Cony. In: *Revista República*, São Paulo, v.I, n.7, maio/1997.
- SANCHES NETO, Miguel. A polêmica travessia. In: *Revista República*, São Paulo, v.I, n.7, maio/1997.
- SIRINELLI, Jean-François. A geração. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janáina (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Ed. FGV. 1996.